



Resumo de Notícias

03/02/2016 - Instituto Telecom

Ministro diz que revisão do marco de telecom deve ser aprovada este ano, com apoio da oposição

O ministro das Comunicações, André Figueiredo, disse nesta terça-feira, 2, que a proposta do marco regulatório das telecomunicações será concluída ainda neste primeiro trimestre e apresentada, ao Congresso Nacional com urgência constitucional. Segundo ele, a proposta tem total atenção do Ministério da Fazenda e da presidente Dilma Rousseff, que entendem ser a revisão dessa legislação, com foco na universalização da banda larga como fundamental para o desenvolvimento do País e para a inclusão.

Figueiredo, que abriu o Seminário Política de (Tele) Comunicações, organizado pela Converge (que edita este noticiário) e pelo Centro de Estudos de Políticas de comunicações da Universidade de Brasília (CCOM/UnB) acredita que a lei será aprovada ainda este ano, mesmo que seja depois das eleições municipais. O ministro disse que não acredita que haverá problemas na tramitação da proposta do novo marco regulatório no Congresso Nacional. "Os parlamentares que tenho conversado mais são com os da oposição e estão apoiando a mudança", disse.

O ministro disse que as questões infr legais sobre a revisão dos contratos de concessão e do novo Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU), serão debatidas com todos os setores interessados e as mudanças necessárias serão feitas, seja por regulamentação ou por meio de decreto. Ele não descarta o fim da concessão nem a revisão total dos conceitos de bens reversíveis

O deputado Vitor Lippi (PSDB/SP), presidente da subcomissão de telecomunicações da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara (SubtelTV) concordou com a possibilidade de uma discussão no Congresso ainda este ano, a despeito do momento político conturbado e do ano reduzi-

do, por conta das eleições e Jogos Olímpicos. Segundo ele, existe consenso de que é possível e necessário fazer alterações legais que estimulem o investimento e o Congresso estará sensível a isso, independente das divergências entre governo e oposição. Lippi também participou dos debates durante o Seminário Políticas de (Tele)Comunicações.

Para o diretor executivo da Febratel, Eduardo Levy, uma reforma que viabilize investimentos é urgente e necessária para que o setor continue investindo. Em 2015, disse Levy, o setor investiu valores próximos a R\$ 30 bilhões, e a manutenção ou ampliação desses níveis de investimentos depende de um ambiente mais flexível. Segundo ele, existe o entendimento de que muitas das alterações não precisam necessariamente passar pelo Congresso, pois são atribuições da Anatel. Levy lembrou ainda que o setor já recolheu, apenas em fundos setoriais de licenciamento de espectro, mais de R\$ 150 bilhões, recursos que nunca voltaram a ser aplicados no setor. "Isso é cinco vezes o que investimos todos os anos". Segundo ele, o setor se manifestou como um todo no sentido da urgência no debate sobre a necessidade de reforma no modelo, ainda que existam algumas variações sobre a forma de fazer isso. "A posição da Febratel, no entanto, indica aquilo que é consensual". Levy criticou o fato, contudo, de que no meio desse esforço de buscar um modelo atrativo para investimentos o governo federal tenha retirado os incentivos para smartphones ou que os governos estaduais tenham aumentado o ICMS. "Isso vai contra todo o esforço de promover a inclusão e a expansão do setor". Ele disse que a consulta de regulamentação do Marco Civil, por outro lado, foi uma boa notícia. "Se não é a que gostaríamos, por outro lado permite segurança para investimentos".



Resumo de Notícias

João Rezende, presidente da Anatel, reiterou sua posição, já manifestada em outras ocasiões, de que as reformas mais importantes (regime público, reversibilidade e o prazo da concessão) só podem ser alteradas por lei. “Temos que nos focar no problema central, que é a telefonia fixa, para que esse assunto possa ser discutido rapidamente, pois se a lei for muito ampla ela não vai sair nunca”, disse Rezende. A questão tributária, por exemplo, ou outros serviços, como a banda larga, não teriam como ser discutidos nesse novo marco legal, que “é necessário para garantir segurança jurídica e atrair investimentos. “O que me surpreende é que eu vejo que as empresas estão abrindo mão dessa segurança jurídica para ver um processo mais rápido, sem mudança de lei”.

Coube no debate ao professor Murilo Ramos a tarefa de lembrar que a reforma e a revisão do modelo precisam ter um horizonte de mais longo prazo do

que a resolução de problemas imediatos. “A Lei Geral de Telecomunicações, como uma lei dúctil, certamente oferecerá soluções para muitos dos problemas imediatos que estão sendo colocados. Mas a minha preocupação é que não se faça, de maneira atropelada, uma discussão urgente e necessária sobre um novo modelo que contemple a revisão dos conceitos de telecomunicações, radiodifusão e Internet. Precisamos pensar no longo prazo para que essa discussão não tenha prazo de validade reduzido. Como vamos nos planejar para o ambiente da Internet das Coisas? Como conciliar essa mudança com o desligamento da TV analógica previsto para 2023? Como será a regulação nesse novo ambiente?”, foram algumas das preocupações manifestadas pelo pesquisador. “Foram discussões propositalmente deixadas de lado na LGT e que precisam ser retomadas”.

03/02/2015 - Insituto Telecom

Dilma confirma novo marco regulatório como uma das prioridades do governo para 2016

Em seu mensagem de abertura da sessão solene do Congresso Nacional para o início do ano legislativo nesta terça-feira, 2, a presidenta Dilma Rousseff enquadrou a revisão do marco regulatório de telecomunicações como uma das prioridades de 2016 para o governo. A proposta, que deverá ser apresentada à Câmara até o final de março, é uma das medidas que visam proporcionar mais investimentos privados e deverá promover a universalização da banda larga.

“Encaminharemos o novo marco regulatório das telecomunicações, ajustando este setor ao novo cenário da convergência tecnológica”, declarou a presidenta a deputados e senadores na abertura da sessão. Dilma confirma assim a informação que o ministro das Comunicações, André Figueiredo, revelou também nesta terça-feira, durante discurso de abertura do Seminário Políticas de (Tele)Comunicações, organizado pela Converge Comunicações e pelo Centro de

Estudos de Políticas de Comunicação da Universidade de Brasília, na Capital Federal. O ministro afirmou que a ideia é promover a universalização da banda larga e que a proposta deve chegar ao Congresso no primeiro trimestre.

Além da menção à revisão do marco regulatório, Dilma ressaltou medidas para assegurar a estabilização fiscal e a retomada do crescimento econômico do País. Entre elas, a revisão dos subsídios financeiros dos programas do BNDES, desburocratização de impostos e contribuições, reforma do PIS/Cofins e a finalização da reforma do ICMS para repatriação de capitais e direcionamento para fundos de transferência para auxiliar os Estados. Para o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), a presidenta diz que a prioridade é normalizar o cronograma de desembolsos. Ela também disse que o governo deverá encaminhar em breve uma proposta de reforma previdenciária.



Resumo de Notícias

03/02/2016 - Convergência Digital

Teles querem mudar concessão de telefonia sem mexer na Lei Geral

Em que pese um certo consenso político sobre a necessidade de mudanças no universo normativo das telecomunicações, as principais interessadas -as operadoras - voltaram a defender alterações regulatórias que, na visão delas, independam do trâmite legislativo - ou seja, que possam ser adotadas apenas com regulamentos da Anatel ou, no máximo, Portarias do Ministério das Comunicações.

“ Preferimos optar pela demonstração da urgência, mostrar que poderíamos fazer algumas coisas de forma rápida. Em nenhum momento dissemos que não gostaríamos de alguma coisa mais profunda, mas que dá para fazer uma série de modificações dentro do que temos de regulamentos, Portarias” , destacou o presidente executivo do Sinditelebrasil, Eduardo Levy.

Como fez questão de destacar o presidente da Anatel, João Rezende, em debate sobre o tema realizado nesta terça-feira, 02/02, no Seminário Políticas de Telecomunicações, da Converge Comunicações, a posição das empresas cria um embaraço para governo e regulador. “ Se o setor não aposta em mudança no marco regulatório, fica difícil o Ministério das Comunicações e a Anatel empurrarem isso” , reclamou.

A crítica se deve a opinião manifesta do presidente da agência de que o envolvimento do Congresso Nacional é essencial para legitimar as mudanças no marco legal das telecomunicações. “ Temos três pontos fundamentais nessa discussão: o prazo das concessões, o regime e a reversibilidade dos bens. Todos precisam do Congresso” , insistiu.

O dilema é o tempo. Para as teles, encaminhar um

projeto para mudar a Lei Geral de Telecomunicações implica em esticar o debate por anos. “ O setor não descarta uma discussão futura de alterações na LGT. O que a gente entende é que a abertura de uma discussão dessas, tema tão complexo e delicado, poderia levar a uma discussão extensa, primeiro no Executivo, depois no Congresso. Levaria tempo demais” , emendou o diretor do Sinditelebrasil, Alex Castro.

Há, portanto, visões distintas. O governo quer uma mudança que permita uma modificação estrutural no modelo: deslocar a banda larga para o centro da política pública, em substituição à telefonia fixa. As empresas querem mesmo é se livrar da concessão - ou melhor, das obrigações (e seus custos) a ela associadas, como orelhões ou prazos de instalação.

“ Basta uma atuação do Executivo, da Anatel e do Minicom, no sentido de fazer a desoneração do STFC, pela revisão do contrato. Tornar a concessão mais próxima possível da autorização, com revisão das metas de universalização, que são um peso bastante forte das concessionárias, com revisão de metas de qualidade” , completou Castro.

O secretário de Telecomunicações, Maximiliano Martinhão, sugere que as duas abordagens ainda podem ser adotados. Como explicou, o grupo de trabalho (entre Minicom e Anatel) que discute uma proposta de reforma vai apresentar dois conjuntos de medidas: as regulatórias que podem avançar mais rapidamente e um projeto de lei para ser levado ao Congresso.



Resumo de Notícias

01/02/2016 - Rede Brasil Atual

Balança comercial tem superávit de US\$ 923 milhões em janeiro

Em 12 meses, saldo chega a US\$ 23,778 bilhões, ante déficit em igual período anterior

O Brasil registrou superávit de US\$ 923 milhões no primeiro mês do ano, resultado de US\$ 11,246 bilhões em exportações e US\$ 10,323 bilhões em importações, segundo informou hoje (1º) o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Em janeiro de 2015, o país teve déficit (US\$ 3,170 bilhões). Foi o primeiro resultado positivo para o mês desde 2011.

Com esse resultado, no acumulado em 12 meses, até janeiro, o superávit comercial atinge US\$ 23,778 bilhões, ante déficit de US\$ 3,157 bilhões em igual período anterior (fevereiro de 2014 a janeiro de 2015). As exportações somam US\$ 188,676 bilhões

– queda de 14,3% com base na média diária, e as importações totalizam US\$ 164,898 bilhões, retração de 26,1%, pelo mesmo critério.

De acordo com o diretor do Departamento de Estatísticas e Apoio à Exportação da Secretaria de Comércio exterior do ministério, Herlon Brandão, o resultado do mês foi influenciado, principalmente, por vendas de aviões, produtos do setor automobilístico e agrícolas, como milho (com exportação recorde de 4,5 milhões de toneladas) e soja em grão. Foram exportadas 29 mil unidades de carros, ônibus e caminhões para, entre outros, Argentina, México e Colômbia, países com os quais o Brasil mantém acordos no setor.

03/02/2016 - Vermelho

Venício Lima: Existe limite para a atuação da mídia?

Se torna claro o objetivo de construir uma opinião pública favorável a alguns políticos e partidos e desfavorável a outros políticos e partidos.

Tornou-se clássica a intervenção corajosa de Miguel de Unamuno, então reitor da Universidade de Salamanca, durante uma solenidade com a presença de importantes figuras do fascismo, na Espanha de 1936. Diante de oradores e de plateia hostil e predominante fascista, Unamuno tomou a palavra e iniciou sua fala em defesa da razão e da liberdade com a seguinte frase: “ Todos me conhecem. Sabeis que sou incapaz de me calar. Há momentos em que permanecer calado é mentir. O silêncio pode ser interpretado como aquiescência” .

Unamuno foi imediatamente expulso da universidade e veio a falecer, menos de três meses depois, cumprindo prisão domiciliar. A Espanha, por sua vez, mergulhou numa Guerra Civil que passou para a História como um dos eventos mais traumáticos anteriores à 2ª Grande Guerra.

Não se trata aqui, por óbvio, de qualquer comparação com o grande filósofo cristão e, claro, não chegamos (ainda?) à beira de uma Guerra Civil. Mas, certamente, o clima de intolerância e ódio que estamos atavessando nos permite evocar o exemplo espanhol.

Conluio explícito

Desde o início do processo eleitoral de 2014 e, sobretudo, depois que foram proclamados os resultados das últimas eleições presidenciais, instalou-se no Brasil uma crise política cujo ritmo e pauta pública são seletivamente determinados por um conluio explícito entre segmentos do Ministério Público, da Polícia Federal, do Judiciário e oligopólios de mídia que, em torno da justa causa do combate à corrupção, se uniram no objetivo não declarado – mas evidente – de destruir qualquer vestígio de ética e moralidade pública que possa existir no Partido dos Trabalhadores, seus líderes e militantes.

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/275818-6>

22/01/2016 - Carta Capital

Acabam as desculpas para a CPI do HSBC

O governo francês vai compartilhar informações com os parlamentares brasileiros



O Brasil está diante da oportunidade de esclarecer um dos maiores escândalos de evasão fiscal de sua história. O governo da França decidiu compartilhar com a CPI do HSBC, instalada no Senado, informações sobre 8,6 mil brasileiros com contas secretas na filial do banco em Genebra, cujos depósitos entre 2006 e 2007 totalizavam 7 bilhões de dólares.

Os dados sobre as contas foram vazados por Hervé Falciani, ex-funcionário do HSBC Private Bank. Em 2008, ele roubou informações sobre mais de 106 mil correntistas de 203 países, cujos depósitos somavam 100 bilhões de dólares na filial suíça do banco, conhecido refúgio de sonegadores, corruptos e narcotraficantes de todo o mundo. Desde então, ele coopera com o Ministério da Justiça e magistrados franceses.

Em fevereiro de 2015, o diário francês Le Monde e o Consórcio Internacional de Jornalismo Investigativo

divulgaram listas parciais dos titulares dessas contas. De lá para cá, as autoridades da França decidiram compartilhar informações com a Receita Federal, o Ministério da Justiça e a Procuradoria-Geral da República. A CPI do HSBC patinava, porém, sem ter acesso aos dados dos correntistas brasileiros.

Os senadores poderiam ter recorrido à ajuda de Falciani. Em julho de 2015, ele manifestou, em entrevista a CartaCapital, a disposição de vir ao Brasil para cooperar nas apurações, mesmo sob risco de ser preso, em virtude da inclusão de seu nome na lista de procurados da Interpol.

Agora, os parlamentares brasileiros não têm mais desculpas para não avançar nas investigações. Terão, porém, de competir contra o relógio. A CPI tem até o fim de abril para concluir os seus trabalhos.



Resumo de Notícias

02/02/2016 - Carta Maior

A retomada do crescimento

Ao priorizar a produção, o consumo e o emprego, o governo deve ter clareza do atrito inescapável junto ao financismo. Mas não há outro caminho possível.

A grande questão que já vem pautando o debate econômico desde o início de 2016 é a necessidade urgente da retomada do crescimento da economia em nosso País. Constatada oficialmente como um grande equívoco, a estratégia do austericídio posta em ação pelo ex Ministro Joaquim Levy deveria, em tese, ser substituída por uma alternativa de política econômica que buscasse superar a recessão e a falta de perspectivas que ameaçava se generalizar por todos os setores.

A confirmação da queda da atividade econômica verificada em 2015 vai se somar à recessão que deve correr também ao longo do presente ano. A combinação perversa de elevação sistemática da SELIC ao longo dos últimos períodos e a redução expressiva das despesas não-financeiras do governo aprofundaram um quadro de redução dos investimentos. À medida que o setor público diminuiu de forma significativa seus gastos em setores estratégicos e sinalizou para o setor privado um desestímulo às atividades produtivas, a máquina mais geral da economia entrou em fase de desaceleração acentuada.

Crise política e crise econômica.

O quadro se agravou com a entrada em cena do ingrediente da crise político-institucional e pela falta de iniciativa por parte dos responsáveis em destravar as dificuldades associadas à falta de confiança. A Operação Lava Jato e as chantagens protagonizadas pelo Presidente da Câmara dos Deputados são exemplos cristalinos de como se consegue paralisar um País que necessita justamente de sinais em direção oposta à estagnação. Apenas a queda nos investimentos da Petrobrás e a interrupção das atividades no setor da construção civil significam diminuição de alguns pontos percentuais no PIB do Brasil. A crise mais geral se manifesta sob a forma do desemprego, da queda na produção e nas vendas, do número crescente de

falências e da sobrecarga das despesas financeiras no âmbito do Estado, das empresas e das famílias.

A substituição do titular do Ministério da Fazenda deveria cumprir com a missão de abrir perspectivas mais positivas quanto ao futuro de nossa economia. A primeira reunião do COPOM realizada em 2016 terminou por deixar um saldo aparentemente neutro. As expectativas iniciais de uma nova elevação da SELIC não se realizaram. Mas, por outro lado, a sua manutenção no elevado patamar de 14,25% ao ano tampouco contribui para a melhoria do contexto recessivo. Ainda que a decisão de não subir seja sentida como uma espécie de alívio, seu efeito é mais psicológico do que outra coisa. Isso porque os impactos financeiros da taxa referencial estratosférica continuam enormes e prejudicam a todos. Enfim, quase todos, pois o setor bancário continua lucrando uma enormidade em meio à ampliação da quebraadeira.

A retomada da sistemática de reuniões do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) pode oferecer uma outra janela de oportunidade para recuperação da confiança em alternativas de saída para a crise. Depois de mais de um ano e meio sem ter sido convocado, o chamado "Conselhão" foi reativado por iniciativa da Presidenta Dilma. Trata-se de um espaço consultivo, um fórum onde se permite a troca de opiniões e o debate entre diferentes setores e entidades representativas da sociedade civil. O governo federal pode se valer desse instrumento como mecanismo de acolher as sugestões e as críticas das centrais sindicais, dos representantes dos empresários, dos estudantes, dos cientistas e demais organizações representativas.

Leia mais em:

<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/A-retomada-do-crescimento/7/35422>